



Organização Não  
Governamental do  
Ambiente

ONGA

Registada no  
Instituto do  
Ambiente com o n.º  
135/L



Membro da  
Confederação  
Portuguesa de  
Associações de  
Defesa do Ambiente



Ambiente  
Conservação da  
Natureza  
Ordenamento do  
Território

Património Histórico  
e Cultural

Educação Ambiental

Voluntariado e  
Cidadania



S/Ref.                      Data                      N/Ref. 27/PG/04                      Data                      18-12-04

**Assunto:** Parecer sobre PDM - Seixal

Não encontramos até ao momento qualquer inventariado dos locais cujo solos possuem um grau significativo de contaminação ou daqueles onde exista essa possibilidade. Embora estejam identificados cerca de 384 locais como possíveis contaminadores dos solos e dos aquíferos, tais características devem ser razão suficiente para condicionar a criação de estruturas até à completa reabilitação dos mesmos.

Infelizmente, não foi ainda caracterizada a importância do Sapal de Coina e da sua biodiversidade, nem a relação deste com o Parque Industrial do Seixal relativamente à sustentabilidade dos mesmos.

Na nova Proposta de Rede MST, parece-nos que a travessia será efectuada em área pertencente à Mata Nacional da Machada, sendo assim não existe qualquer referência aos impactos causados na zona, embora esta pertença a outro concelho. Se eventualmente esta for a opção, o itinerário será maior provocando o conseqüente aumento do tempo de transporte na chegada ao centro do Barreiro, relativamente ao itinerário da Rede prevista o que na nossa opinião será um desincentivo à utilização do MST.

Desconhecemos a existência de qualquer estudo de mobilidade que

fundamente as diversas vias de comunicação apresentadas, por tal motivo estas poderão não ser a resolução para o problema do concelho (veja-se o caso da ponte Vasco da Gama como alternativa à 25 de Abril). A aposta na construção de grandes vias de comunicação apenas incentivará a utilização do carro em detrimento dos transportes públicos. Estas vias de comunicação tendem a diminuir a qualidade do Ar devido não só à desflorestação mas também a uma maior circulação de veículos automóveis, relembramos que o concelho do Seixal possui uma fraca qualidade do ar, verificando-se nos últimos tempos índices muito acima dos desejados e permitidos por lei. Por tal motivo deve-se apostar na preservação das zonas “florestais” que resistiram à urbanização nestes últimos anos. Por outro lado as vias projectadas a concretizarem-se trarão para junto de si uma maior densidade urbana, contribuindo assim para uma elevada desflorestação. Relembramos que as zonas florestais são importantes fontes de retenção de carbono conforme destaque dado pela Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, sendo as grandes zonas florestais a sul da AE uma mais valia para a qualidade de vida das populações.

Não foi referido, embora seja falado a nível concelhio, o problema dos sucateiros que contribuem para a diminuição da qualidade do ar e da contaminação dos solos.

Os areiros, importante fonte económica para o concelho do Seixal, estão concentrados a sul da AE, colidindo com as grandes urbanizações que começam a surgir nesses locais. O caso do Pinhal Conde da Cunha é talvez o mais visível, onde uma enorme urbanização surge paredes-meias com precipícios de 15/20 metros e com enormes lagoas sem vedações dignas desse nome. A recuperação paisagística de muitos deles, agora em fim de vida, não se vislumbra. Nesse âmbito e partindo do princípio que a cartografia é sem dúvida o instrumento mais poderoso do PDM, é nossa opinião que se deva elaborar a caracterização geral de todos os areiros existentes, dos futuros e daqueles cuja actividade termina nos próximos 10 anos.

Não podemos deixar passar em claro a questão do Sapal de Corroios que sofreu o maior atentado ambiental da sua história recente, com a incompatibilidade da construção de pisciculturas semi intensivas ou intensivas e a preservação do mais importante património natural do concelho. As licenças emitidas pela ex-DRAOT-LVT e declaradas nulas pelo despacho do Secretário de Estado do Ordenamento do Território que obriga a que toda a zona afectada pela construção semi clandestina de uma piscicultura em regime intensivo seja reposta no estado

anterior à emissão das mesmas. Devendo a CCDR-LVT, tal como determina o despacho, assegurar o acompanhamento da reposição. A reposição deve ser constar no PDM.

É mencionada por várias vezes ao longo do texto uma possível relação entre actividades náuticas e a preservação da natureza, relembramos que a preservação de alguns habitats é totalmente incompatível com desportos náuticos motorizados. Por isso propomos que sejam caracterizadas as várias zonas ao longo da baía e identificadas as modalidades compatíveis.

Propomos que se faça a descrição tanto da REN como da Rede Natura 2000 de modo a que se possa compreender melhor a sua importância.

Sugerimos ainda que seja estudada a possibilidade de certas zonas de grande importância ecológica e ambiental, possam usufruir de um estatuto de protecção especial para além do da Reserva Ecológica Nacional.

Não foi, mais uma vez, encontrada qualquer referência a um turismo sustentável do ponto de vista ambiental, apenas se relacionando o turismo e património natural como justificação para a construção de mais infra-estruturas, tendo por base a política do betão.

Gostaríamos de ver referida a localização exacta da possível implementação da estrutura designada por “Seixal Fórum” e quais as acessibilidades construídas para aceder ao mesmo.

A construção de um novo campo de golfe, parece-nos ser em área da Rede Natura 2000, o que a verificar-se é totalmente descabido, não só por destruir um património de grande importância ecológica a nível europeu, como também por já existir na zona um grande número destas estruturas destinadas a um público alvo muito restrito.

Quando é abordada a qualidade e quantidade de água do concelho não se vê qualquer referência à possível contaminação de aquíferos por hidrocarbonetos, nem se aborda a possível intrusão salina, nem mesmo o aumento da impermeabilização dos solos o que traduz uma redução da recarga dos aquíferos, ou seja, diminuição da água disponível e consequente degradação da mesma (consequência do excesso de construção). Seria interessante depois de fazer uma

análise a estes parâmetros relacioná-los com a possível construção de um campo de golfe e quais as suas consequências. Pois os campos de golfe são grandes consumidores de água potável e de tratamentos químicos, contribuindo para a escassez e contaminação deste bem finito.

Nesta revisão do PDM (2ª geração), em nossa opinião, deveria existir sempre que possível uma análise do custo-benefício. Uma vez que por um lado estão os valores do desenvolvimento económico e social e por outros os valores da paisagem, do impacte sobre a saúde, da biodiversidade e outros.

Por último achamos que os próximos 10 anos devem ser essencialmente de reconversões urbanas, de melhoramentos da qualidade de vida e não mais 10 anos de construção sem condições e de desorganização urbana. Devem ser repensadas algumas urbanizações mesmo as mais recentes de que é exemplo pela negativa a de Santa Marta do Pinhal.

O Presidente das Organizações  
Ambientais do Município do Seixal

---

( Paulo Gomes)